

continuação



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
Empresa em Recuperação Judicial | CNPJ: 04.895.728/0001-80



(a) Os valores com partes relacionadas, Equatorial Energia, são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na RJ, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA / Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. (b) Contrato de Presta o de Serviços de Call Center mantido com a empresa Rede Eletricidade e Serviços S.A. (c) Em 2011 correspondia ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo   aliena o da participa o societária na Companhia Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de A es, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho n  2.147 da Superintendência de Fiscaliza o Econ mica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de A es com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho n  683 da Superintendência de Fiscaliza o Econ mica e Financeira de 3/4/2006. Em novembro de 2007, por meio do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de a es da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remunera o e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a. e o pagamento em 10 parcelas anuais vencendo a 1  em 30/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho n  3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscaliza o Econ mica e Financeira recuperado no DOU de 23/11/2007. Com a aprova o do Plano de Recupera o Judicial o saldo a receber foi utilizado para quita o de débitos com outras empresas do Grupo Rede. (d) Em 2011 os valores eram referentes   despesa de compartilhamento. As empresas do Grupo Rede Energia compartilhavam as atividades, equipamentos e instala es, de modo que as despesas eram repassadas para as empresas por meio de contratos e aditamentos devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscaliza o Econ mica e Financeira. (e) Referem-se às movimentações financeiras efetuadas entre as distribuidoras que, na medida de suas necessidades, tomaram ou deram em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posi o de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato. A Companhia foi incluída no contrato na

condi o de mutuária, somente podia receber recursos das demais distribuidoras. A remunera o sobre o saldo devedor era calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado   ANEEL o 5  aditivo do referido contrato, solicitando a proroga o do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Não temos informa o se houve proroga o.

Remunera o de pessoal-chave da Administra o: A remunera o anual global dos membros do Conselho de Administra o e Diretoria foi fixada em até R\$5.100, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. Propor o de cada elemento na remunera o total, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Conselho de Administra�o		Diretoria	
Remunera�o fixa:	100%		
Remunera�o variável:	43%		
Remunera�o do Conselho de Administra�o e Diretoria paga pela Companhia no exercício:			

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	8	4	12
Remunera�o Fixa Anual	686	1.641	2.327
Salário ou Pr�-labore	686	1.552	2.238
Benefícios diretos e indiretos	–	89	89
Remunera�o variável	–	1.228	1.228
B�nus	–	1.228	1.228
Valor total da remunera�o por �rg�o	686	2.869	3.555

A Equatorial Energia S.A., controladora da CELPA, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem  nus nos contratos de financiamentos listados a seguir:

Institui�o	Valor do Contrato		Valor Liberado		31/12/2012	
	% do Aval	In�cio	Término	31/12/2012		
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	130.256
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101112110006100)	50.000	100	21/11/2012	19/02/2013	50.000	50.435
Banco BTG (1� Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	150.000	100	29/11/2012	24/11/2013	150.000	151.062
Banco Itaú BBA (1� Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	100.000	100	29/11/2012	24/11/2013	100.000	100.708
Total	431.900				431.900	432.461

13. Investimentos

Propriedades para investimentos

avaliadas a custo:	31/12/2012	31/12/2011
Edifica�es, obras civis e benfeitorias (a)	21.598	21.712
Terrenos (a)	1.554	1.554
Outros investimentos (a)	3.671	4.043
(-) Perda no valor recuperável (b)	(19.508)	(19.508)
Total	7.315	7.801

(a) Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticaliza o adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada   ANEEL. (b) Parte das geradoras termelétricas operadas pela Companhia para a gera o de energia elétrica, foram desativadas quando da interliga o do sistema "Tramoeste". Esses equipamentos foram desativados e transferidos como "propriedade para investimentos", de acordo com a Delibera o CVM n  584/2009, mantidos para auferir aluguel ou para valoriza o do capital. A Administra o fez uma nova avalia o do estado físico e o local onde se encontram esses equipamentos e, em atendimento

a Delibera o CVM n  639/2010, decidiu registrar uma provisão para perda no valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$ 19.508 em 31 de dezembro de 2012. **14. Ativo financeiro da concessão:** Refere-se   parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplica o das Interpreta es Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidencia o e da Orienta o Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro   remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remunera o do investimento e que   cobrada mensalmente na tarifa dos clientes, veja Nota 27. A indeniza o será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão da Companhia não   onerosa, desta forma, não há obriga es financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. (a) A Resolu o Normativa da ANEEL n  474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de deprecia o para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1  de janeiro de 2012, determinando altera o na vida útil-econ mica dos bens integrantes da infraestrutura de distribu o. Anteriormente   edi o da Resolu o ANEEL n  474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementa o desta resolu o, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em rela o   vida útil econ mica m dia anterior. Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminui o da amortiza o e o conseqüente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indeniza o ao final do período da Concessão. Como conseq ncia, houve uma redistribui o da infraestrutura que   classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da ado o do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indeniza o dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econ micos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa mensura o da infraestrutura resultou na reclassifica o de R\$89.214 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da ado o do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão. **(b) Lei 12.783/2013:** A CELPA realizou em julho de 2005 uma reavalia o espontânea de seus ativos e, na ado o das normas internacionais de contabilidade instituídas pela Lei n  11.638/2007, optou pela manuten o desta reavalia o. No entanto, em 11/09/2012, foi publicada a Medida Provisória n  579, que dispõe sobre a proroga o e licita o das concessões de gera o, transmissão e distribu o de energia elétrica, sobre a redu o dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11/01/2013 na Lei 12.783. De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indeniza o, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposi o, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. O ajuste do ativo financeiro foi feito sobre o valor original contábil reavaliado, ficando constituído da seguinte forma:

Composi�o do Ativo Financeiro	Livro		Total
	Societário	Ajuste VNR	
Valor Original Contábil	449.142	–	449.142
Adi�es Após 3� Ciclo	173.216	–	173.216
Atualiza�o da Base	57.539	(5.770)	51.769
Reavalia�o Espontânea de Ativos	55.253	(55.253)	–
	735.150	(61.023)	674.127

Adicionalmente a Lei extingue a arrecada o da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecada o de CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas redu es nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou revisões tarifárias extraordinárias em 24 de janeiro de 2013. A antecip o das proroga es das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 e a redu o dos encargos setoriais não causar  impactos diretos no resultado ou contrato de concessão da CELPA, uma vez que este tem vigência até 2028. **15. Intangível:** O intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2012			31/12/2011			
	Custo	(-) Obriga�es Vinculadas � Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obriga�es Vinculadas � Concessão	Valor líquido	
Em serviço	674.127	(245.886)	428.241	489.867	(31.811)	458.056	
A moviment�o dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:							
	31/12/2011	Reclassifi- ca�o (a)	Reserva de Reavalia�o	VNR (b)	Capitaliza�o	Baixas	31/12/2012
Ativo financeiro	489.867	205.914	(55.253)	(5.770)	43.530	(4.161)	674.127
Obriga�es especiais	(31.811)	(116.700)	–	(10.494)	(86.881)	–	(245.886)
Ativo financeiro	458.056	89.214	(55.253)	(16.264)	(43.351)	(4.161)	428.241

continua